

PROCESSO Nº 1500.013801/2018.

INTERESSADO: Fundação Municipal de Ação Cultural (FMAC)

REFERENTE: Impugnação ao Pregão Eletrônico nº 111/2018.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de show pirotécnico/piromusical, incluindo locação de operação marítima e fornecimento de fogos de artifícios para as festividades do Réveillon 2018/2019.

Trata-se de IMPUGNAÇÃO do Pregão Eletrônico em epígrafe, formulada pela empresa **Distribuidora de Fogos São Francisco Ltda.**, denominada também “Elite Pirotecnia”, pessoa jurídica de direito privado sob registro do CNPJ nº 08.074.300/0001-27, tendo-o feito tempestivamente e na forma disposta no instrumento convocatório, restando preenchidos, portanto, os requisitos de admissibilidade e tempestividade da peça interposta.

1. DA MOTIVAÇÃO

As razões de impugnação se estiola do campo da veracidade dada a informação de preâmbulo que registra o seguinte: ...” que vem, respeitosamente através de seu Diretor, impugnar nos termos do parágrafo 1º do artigo 41 e segundo a Lei 8666/93 o edital do Pregão Presencial nº 016/2018, pela forma e fundamento de fato e de direito adiante alinhados e final requerimento.”

2. DA ANÁLISE

É de bom alvitre registrar que o nosso Edital não é de modalidade Pregão Presencial nem também de nº 016/2018. A princípio nos passa a impressão até então de que não se tem a certeza do instrumento formal licitacional que pretende impugnar. Mas na sequência presume-se uma correção do equívoco quando vislumbramos a expressão de que a “...Douta Comissão pretende realizar um Pregão Eletrônico nº 111/2018 – CPL/ARSER na data de 12.11.2018...”

No sexto parágrafo de sua impugnação, deparamos com um outro equívoco (assim preferimos denominar) quando se menciona “...execução de espetáculos pirotécnicos, que é o objeto do Edital Pregão Eletrônico 055/2018 da cidade de Arapiraca, Al”.

Ao final de apresentação de suas “razões de impugnação” requer como pedido “...que seja revisto o edital do pregão presencial 055/2018 ...” bem como dentre outros pedidos que “...na qualificação técnica do edital 262/2018 sejam exigidos documentos e licenças...”

Portanto, sem tecer maiores considerações e de conformidade com a exposição pela impugnante de alegações inconsistentes que não condizem com o nosso Edital, julga-se IMPROCEDENTE A PRESENTE IMPUGNAÇÃO.

Com esses argumentos, o órgão requisitante opinou pelo indeferimento do pedido, ao tempo em que autorizou o prosseguimento do certame licitatório.

3. DA DECISÃO

Ante o exposto, conheço da impugnação apresentada pela empresa **Distribuidora de Fogos São Francisco Ltda**, para, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos da legislação pertinente.

Maceió, 04 de dezembro de 2018.

Edsângela Gabriel Peixoto Bezerra
Pregoeira
CPL/ARSER

- A original encontra-se assinada.